

Aula 04 - Prof. Alexandre Violato

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
15 de Junho de 2025
Manzato Moises

Sumário

Introdução	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Direitos e Vantagens.....	3
Férias.....	3
Salário-Família	4
Auxílio Funeral	4
Licenças	5
Afastamentos	15
Cessão para Servir a Outro Órgão ou Entidade Pública	16
Aposentadoria, Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária	16
Direito de Petição	17
Regime Disciplinar	18
Cumulação de Cargos.....	18
Deveres	19
Proibições	20
Responsabilidades	21
Aposta Estratégica	23
Questões Estratégicas.....	25
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	37
Perguntas	37
Perguntas com respostas	40
Lista de Questões	44
Gabarito.....	49
Referências Bibliográficas	50



LEI ESTADUAL Nº 16.024/2008 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

INTRODUÇÃO

Nesta aula trabalharemos do artigo 95 ao 163 do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 16.024/2008).

Considerando todas as provas disponíveis para consulta, constatamos a seguinte distribuição de cobrança entre os títulos do Estatuto em uma amostra de 55 questões aplicadas ao longo dos anos:

Assunto	Grau de incidência em concursos
Disposições Preliminares (arts. 1º a 7º)	1,82%
Provimento, Vacância, Lotação, Relotação e Substituição (arts. 8º a 55)	47,27%
Direitos e Vantagens (arts. 62 a 151)	27,27%
Regime Disciplinar (arts. 152 a 243)	23,64%
Disposições Finais (arts. 244 a 251)	0,00%

Importante enfatizar que a Lei tem sua origem no ano de 2008, sendo as alterações mais recentes realizadas pela Lei Estadual nº 22.258 de 12 de dezembro de 2024. Sua versão já atualizada se encontra no site do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná¹.

¹ <https://www.tjpr.jus.br/estatuto-dos-funcionarios-do-poder-judiciario>



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Direitos e Vantagens

Férias

Após **cada período de 12 meses de efetivo exercício**, o funcionário tem direito a férias, que **podem ser cumuladas por até 2 períodos**, por comprovada necessidade de serviço, observada a seguinte proporção:

Dias de Férias	Total de faltas no período aquisitivo
30 dias corridos	Não houver faltado por mais de 5 vezes
24 dias corridos	Houver tido de 6 a 14 faltas
18 dias corridos	Houver tido de 15 a 23 faltas
12 dias corridos	Houver tido de 24 a 32 faltas

Para o **primeiro período aquisitivo de férias é exigido 12 meses de efetivo exercício**, **sendo vedado compensar dias de faltas com os de férias**.

A escala de férias dos funcionários lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça é organizada pelo chefe de cada Divisão ou Departamento, e pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum para os demais casos.

As férias podem ser parceladas, desde que assim requeridas pelo funcionário, e no interesse da administração pública.

Não tem direito a férias o funcionário que, no curso do período aquisitivo, **deixar de trabalhar, com percepção do vencimento ou da remuneração, por mais de 30 dias**, em virtude de paralisação parcial ou total do serviço público.

No caso de **cessação do vínculo com a administração pública é devida ao funcionário indenização de férias não-gozadas**, integrais ou proporcionais, calculadas com base no vencimento anterior ao ato do desligamento.



Salário-Família

O **salário-família é devido** no valor fixado na legislação federal, mensalmente, **ao funcionário ativo ou inativo que receba vencimento igual ou inferior a 1 salário-mínimo nacional**, na proporção do número de dependentes econômicos.

Dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família	
1	O cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade
2	O menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, ou do inativo
3	A mãe e o pai sem economia própria

Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento de trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em **valor igual ou superior ao salário-mínimo**.

Quando o pai e a mãe forem funcionários públicos e **viverem em comum, o salário-família é pago a um deles; quando separados, é pago a um e outro**, de acordo com a distribuição dos dependentes.

O salário-família não está sujeito a qualquer tributo estadual, nem serve de base para qualquer contribuição estadual, inclusive para o sistema previdenciário, sendo que as licenças concedidas ao funcionário não acarretam a suspensão do pagamento do salário-família, excepcionada a hipótese para tratamento de interesses particulares.

Art. 99, Parágrafo único. Equiparam-se ao pai e à mãe o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Auxílio Funeral

O auxílio funeral é pago à pessoa que provar ter feito despesas com o funeral do funcionário, sendo limitado seu valor até 1 mês de remuneração do falecido para o respectivo ressarcimento.

O pagamento corre pela dotação própria à remuneração do funcionário falecido, não podendo, por esse motivo, novo ocupante entrar em exercício antes do transcurso de 30 dias da data do óbito.

Com base na mesma dotação, forma e prazo é concedido transporte ou meios para mudança à família do funcionário, quando este falecer fora do Estado do Paraná, no desempenho do cargo ou de serviço.



Em caso de acumulação legal de cargos do Estado do Paraná, o auxílio funeral corresponde ao pagamento do cargo de maior vencimento do funcionário falecido.

Licenças

Ao funcionário pode ser concedidas as seguintes licenças:

- I. para tratamento de saúde;
- II. por motivo de doença em pessoa da família;
- III. à gestante, à paternidade e à adotante;
- IV. para acompanhar o cônjuge ou o companheiro;
- V. para o serviço militar;
- VI. para atividade política e para exercício de mandato eletivo;
- VII. para capacitação, frequência de cursos e horário especial;
- VIII. para tratar de interesses particulares;
- IX. para o desempenho de mandato classista;
- X. especial;
- XI. para missão ou estudo no exterior.

Os pedidos de licença devem ser instruídos com os documentos que comprovem os respectivos fundamentos, sob pena de indeferimento liminar, salvo nas hipóteses em que seja necessária inspeção médica para constatação do respectivo motivo.

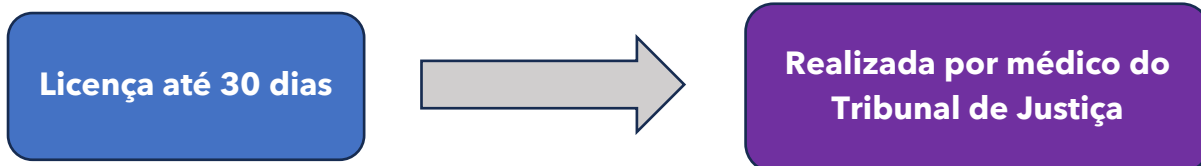
A competência para o exame e a deliberação sobre os pedidos de licenças é do Presidente do Tribunal de Justiça, que pode delegar tal atribuição às autoridades e aos funcionários que lhes sejam subordinados.

O funcionário em gozo de licença deve comunicar ao seu chefe imediato o local em que pode ser encontrado.

O **tempo necessário à inspeção médica é sempre considerado como período de licença**.

Licença para Tratamento de Saúde

É concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica.



Licença por prazo superior a 30 dias



Efetivada por junta médica oficial

Sempre que necessário, a inspeção médica é realizada na residência do funcionário ou no estabelecimento hospitalar em que se encontrar internado.

Caso não exista médico do Quadro no local em que se encontra lotado o funcionário é aceito atestado firmado por médico particular. Esse atestado somente produzirá efeitos depois de homologado pelo setor médico do Tribunal de Justiça, pelas autoridades ou pelos funcionários competentes para exame e deliberação sobre o pedido de licença.

Não homologado o atestado ou indeferido o pedido de licença, o funcionário deve reassumir imediatamente o exercício de suas atribuições, sendo considerados os dias que deixou de comparecer ao serviço como faltas ao trabalho, por haver alegado doença.

O funcionário que no período de 12 meses atingir o limite de 30 dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou não, para a concessão de nova licença, independentemente do prazo de sua duração, **é submetido à inspeção por junta médica oficial**.

Art. 109. **O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses**, contados ainda que interpoladamente, exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo.

Parágrafo único. **Decorrido o prazo do caput deste artigo, o funcionário será submetido à nova inspeção**, sendo aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

Art. 110. **Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes**, poderá a junta médica, se considerar o doente irreversível, **recomendar como resultado da inspeção a imediata aposentadoria**.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput deste artigo e o parágrafo único do art. 109, **a inspeção será feita por uma junta médica de pelo menos 3 (três) médicos**.

No processamento das licenças para tratamento de saúde, é observado o devido sigilo sobre os laudos e os atestados médicos.

No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário deve se abster de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença com perda total do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o cargo, e de responder a processo administrativo disciplinar.

Quando licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

O **funcionário acidentado no exercício de suas atribuições**, ou acometido de doença profissional, é **posto em licença a requerimento ou de ofício para o respectivo tratamento**.

Doença profissional: a que se deva atribuir, com relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço e aos fatos ocorridos em razão do seu desempenho.

Acidente: é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo. Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições ou em razão delas.

A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em **procedimento próprio, no prazo de 8 dias, prorrogáveis por igual período**.

O **funcionário que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais é submetido à inspeção médica e não pode recusá-la** sob pena de suspensão de pagamento dos vencimentos ou da remuneração, até que ela seja realizada, e de responder a processo administrativo disciplinar

Consideram-se doenças determinantes do licenciamento compulsório para tratamento de saúde do funcionário a:

- | | | |
|---|--|--|
| • Tuberculose ativa | • Espondiloartrose anquilosante, | • Contaminação de radiação; |
| • Hanseníase | | |
| • Alienação mental | • Nefropatia grave | • Outras que forem indicadas em lei, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade, com base na medicina especializada. |
| • Neoplasia maligna | • Estado avançado do mal de Paget (osteíte deformante) | |
| • Cegueira posterior ao ingresso no serviço público | • Síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) | |
| • Paralisia irreversível e incapacitante | • Esclerose múltipla, | |
| • Cardiopatia grave | | |
| • Doença de Parkinson | | |

No curso da licença, pode o funcionário requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício de suas atribuições ou com direito à aposentadoria, sendo que se considerado apto reassume o exercício, sob pena de serem computados os dias de ausência como faltas.



Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Essa licença é concedida ao funcionário por **motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional**, mediante comprovação por junta médica oficial.

A licença somente é deferida se a **assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário**.

Ela é concedida sem prejuízo da remuneração, por até 30 dias, podendo ser prorrogada por até 30 dias, mediante laudo de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 90 dias consecutivos ou não, compreendidos no período de 24 meses, contados ainda que interpoladamente.

Durante a fruição dessa licença o funcionário não pode exercer nenhuma atividade remunerada, sob pena de interrupção da licença e de responder a processo administrativo disciplinar.

Licença à Gestante, à Paternidade e à Adotante

Concedida à funcionária gestante pelo prazo de 180 dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais, que tem **início no momento de sua alta hospitalar e/ou do recém-nascido, o que ocorrer por último**, ainda que o período de internação exceda duas semanas, **podendo a licença ser antecipada para o primeiro dia do nono mês de gestação ou data anterior**, conforme prescrição médica.

A funcionária gestante, **quando em serviço de natureza braçal**, é aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do primeiro dia do quinto mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica, sem prejuízo do direito à licença.

A licença pode, a pedido da funcionária gestante, **ter início no primeiro dia do nono mês de gestação**, salvo antecipação por prescrição médica, devendo, neste caso, ser prorrogada por período equivalente ao da internação hospitalar.

Na hipótese de **nascimento prematuro**, a licença tem início no momento da alta hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, **prorrogando-se pelo número de dias necessário para que a idade corrigida da criança alcance os 6 meses, quando demonstrada a indispensabilidade do cuidado materno** para a adequada formação e desenvolvimento de bebê prematuro.

No caso de natimorto, a funcionária fica **licenciada por 60 dias** a contar do evento, decorridos os quais é submetida a exame médico e, se julgada apta, reassume o exercício de suas atribuições.



No caso de aborto atestado por médico, **a funcionária tem direito a 30 dias de repouso remunerado.**

Para amamentar o próprio filho até a idade de 6 meses, a funcionária lactante tem, durante a jornada de trabalho, **duas horas de descanso, que poderá ser parcelada em 2 períodos de uma hora.**

É concedida licença por 180 dias à funcionária que adotar ou tiver concedida guarda judicial para fins de adoção, sem prejuízo da remuneração, **independentemente da idade da criança ou adolescente adotado.** Nesse caso se inicia na data em que for obtida a guarda judicial para fins de adoção ou na data da própria adoção, mediante a apresentação do respectivo termo.

O servidor do sexo masculino que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente tem direito à licença nos mesmos termos e prazos da servidora (180 dias), ficando excluída a licença-paternidade e sua prorrogação.

O benefício da licença não é devido se a adoção ou guarda judicial for **feita em conjunto com cônjuge ou convivente em união estável que usufrua benefício análogo por prazo equivalente ou que não exerça atividade remunerada regular**, informação que deve ser declarada pelo servidor, sob as penas da lei.

Pelo nascimento ou adoção de filhos que não se enquadre nos termos mencionados acima para o funcionário do sexo masculino, esse tem direito à licença-paternidade de 5 dias consecutivos, facultada a sua prorrogação por 15 dias, sem prejuízo da remuneração, desde que o interessado, cumulativamente:

- I. formule requerimento até 2 dias úteis após o início da licença-paternidade; e
- II. comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável.

A prorrogação da licença-paternidade tem início imediatamente após a fruição dos 5 dias iniciais de licença-paternidade, sendo que essa licença tem início no momento da alta hospitalar do recém-nascido ou de sua mãe, o que ocorrer por último, ainda que o período de internação exceda duas semanas.

Na hipótese de reconhecimento de paternidade após exame de DNA, o funcionário tem direito à licença-paternidade de 5 dias consecutivos, sendo-lhe assegurada a prorrogação de 15 dias, devendo ser usufruída a partir da data do assentamento do nome do genitor no registro de nascimento, sendo incompatível o adiantamento ou início posterior do gozo.

A regra acima não é aplicável para o reconhecimento de adultos.

O(a) servidor(a) **ocupante de cargo em comissão ou função comissionada possui estabilidade durante o usufruto das licenças à gestante, à paternidade e à adotante.**



A servidora gestante possui estabilidade desde a concepção até o término da licença à gestante e de sua prorrogação.

Caso o servidor que possua a referida estabilidade seja exonerado de cargo em comissão ou dispensado de função comissionada, faz jus à percepção dessa remuneração, como se em exercício estivesse, até o término do afastamento, se inviável a reintegração.

No caso de a criança falecer no decorrer de alguma das referidas licenças, antes da prorrogação, o servidor manterá o direito de usufruí-la pelo período que restar, podendo requerer o retorno antecipado ao trabalho, a ser submetido à avaliação médica.

O servidor não faz jus às prorrogações das licenças em caso de falecimento da criança, cessando a prorrogação concedida se o falecimento ocorrer durante esse período.

É vedado ao beneficiário exercer qualquer atividade remunerada durante as referidas licenças.

As licenças à gestante, à paternidade e à adotante se estendem ao pai ou à mãe, genitores monoparentais, que recorram a técnicas de inseminação artificial, fertilização in vitro e/ou necessitem de barriga solidária ou de aluguel, desde que ausente a parturiente na composição familiar.

Aos casais em união estável homoafetiva, que utilizem técnicas de inseminação artificial, fertilização in vitro e/ou necessitem de barriga solidária ou de aluguel, é assegurado o direito de usufruírem das licenças nos seguintes termos:

- I. apenas um(a) dos(as) companheiros(as) de casais homoafetivos tem direito à licença-maternidade;
- II. o(a) outro(a) companheiro(a) pode se afastar do trabalho por prazo igual ao da licença-paternidade.

Licença para Acompanhar o Cônjuge ou o Companheiro

É concedida licença ao funcionário para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que for deslocado de ofício pela administração pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

A licença é por prazo indeterminado e sem vencimento ou remuneração.

No deslocamento do funcionário pode haver exercício provisório em órgão ou entidade da administração do Estado do Paraná, inclusive autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.



Independentemente do regresso do cônjuge ou do companheiro, o funcionário pode requerer, a qualquer tempo, o retorno ao exercício de suas atribuições, o que lhe é deferido observados os requisitos da disponibilidade e aproveitamento.

Para acompanhar o cônjuge ou o companheiro pode ser aplicado o disposto referente à cessão para servir a outro órgão ou entidade pública ao invés da referida licença.

Licença para o Serviço Militar

Ao funcionário convocado para o serviço militar é concedida **licença sem vencimento ou remuneração** na forma e nas condições previstas na legislação específica e mediante documento comprovante da incorporação.

Concluído o serviço militar, o funcionário tem até 30 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

É concedida licença sem remuneração ou vencimento ao funcionário que tiver feito **curso para oficial da reserva das forças armadas** durante os estágios prescritos nos regulamentos militares.

Licença para Atividade Política e para o Exercício de Mandato Eletivo

O funcionário pode ser licenciado, **sem remuneração**, durante o **período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária**, como candidato a cargo eletivo do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, **e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral**.

O **funcionário** candidato a cargo eletivo que **exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele é licenciado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral**, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição o funcionário **é licenciado, assegurada percepção dos vencimentos** do cargo efetivo.

O funcionário fica licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo:

- I. **federal, estadual ou distrital;**
- II. **de Prefeito**, sendo-lhe facultado **optar pela remuneração do cargo que ocupa;**
- III. **de Vereador**, e **havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo**, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma referente ao mandato eletivo de Prefeito.



Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço é contado para todos os efeitos legais, **exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento**. Para efeito de benefício previdenciário, no caso do licenciamento, os valores são determinados como se no exercício estivessem.

É computado integralmente o tempo de exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira.

O funcionário investido em mandato eletivo não pode ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce o mandato.

O funcionário deve reassumir o exercício de seu cargo no Poder Judiciário, implicando em falta ao serviço sua inobservância, no primeiro dia útil subsequente:

- I. ao trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral que indeferiu o registro de sua candidatura ou homologou a sua desistência;
- II. após o décimo dia seguinte ao da eleição, caso seja confirmado o registro de sua candidatura;
- III. ao da apresentação de sua desistência à candidatura.

A licença e o retorno do funcionário ao exercício de suas atribuições devem ser comunicados à Presidência do Tribunal de Justiça no prazo de 15 dias, contados, respectivamente, de seu início e das datas previstas nos itens acima.

Licença para Capacitação e Frequência de Cursos e do Horário Especial

Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo pode, **no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 3 meses**, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa, não sendo acumuláveis os períodos dessa licença.

O funcionário que usufruir da referida licença é **obrigado a restituir os valores percebidos como remuneração durante o respectivo período, no caso de ocorrer sua exoneração no prazo de 2 anos**, a contar do término do tal benefício.

O funcionário que for estudante em cursos de formação até o grau universitário, incluídos os de pós-graduações, desde que ministrados na localidade da lotação, **tem horários especiais de trabalho que possibilitem a frequência ao curso**, condicionados à possibilidade e à realização das necessárias compensações a perfazerem a carga horária normal de trabalho.



Art. 130, § 1º Será deferido horário especial somente por uma vez para a realização de 1 (um) curso técnico, 1 (um) de graduação, 1 (um) de especialização, 1 (um) de mestrado e 1 (um) de doutorado, observado o período de regular duração de cada um deles.

§ 2º **O funcionário beneficiário de horário especial não terá direito a qualquer gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.**

§ 3º Será concedido **horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, independentemente de compensação de horário**, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça definirá os funcionários competentes a deliberar sobre os pedidos de horários especiais.

Licença para Tratar de Interesses Particulares

A critério da administração podem ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, **desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 anos consecutivos.**

A licença pode ser interrompida, a qualquer tempo, **a pedido do funcionário ou no interesse do serviço**, devendo o funcionário, nesta última hipótese, reassumir suas atribuições no prazo de 30 dias depois de notificado, sob pena de responder administrativamente por abandono de cargo.

O tempo de afastamento em razão da fruição da licença não é computado para qualquer efeito legal, não podendo ser concedida essa licença ao funcionário que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar.

Licença para Desempenho de Mandato Classista

Ao funcionário efetivo é assegurada licença com remuneração para o desempenho de mandato em associação de classe ou sindicato representativo da categoria de funcionários:

- I. para entidades com número inferior a 500 associados, será liberado um funcionário, conforme abaixo:
 - a) em 1 dia por semana para entidades com até 199 associados;
 - b) em 2 dias por semana para entidades de duzentos a 299 associados;
 - c) em 3 dias por semana para entidades de trezentos a 399 associados;



- d) em 4 dias por semana para entidades de quatrocentos a 499 associados;
- II. para entidades que possuam **a partir de 500 associados, será liberado um funcionário, em tempo integral**, e a cada novos 500 associados será liberado mais um funcionário até limite de 8.

Art. 133, § 1º Somente pode ser licenciados funcionários eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que registradas no(s) órgão(s) competente(s).

§ 2º **A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição**, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 3º O funcionário investido em mandato classista **não poderá ser relotado de ofício para localidade diversa daquela em que exerce mandato**.

Licença Especial

O **funcionário estável** que durante **10 anos** não se afastar do exercício de suas funções tem direito à **licença especial de 6 meses**, por decênio, com percepção de vencimento ou remuneração.

Após cada **quinquênio de efetivo exercício**, ao funcionário estável que requerer conceder-se-á **licença especial de 3 meses** com vencimento ou remuneração.

Não podem gozar de licença especial, **simultaneamente**, o funcionário e o seu substituto legal. Se requeridas para períodos coincidentes, ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha mais tempo de serviço público estadual.

Na mesma repartição não podem usufruir de licença especial, **simultaneamente**, funcionários em número superior à sexta parte do total do respectivo Quadro de lotação e, quando o número de funcionários for inferior a 6, somente 1 deles pode entrar em licença especial. Em ambos os casos, a preferência para a fruição é daquele que tenha mais tempo de serviço público estadual.

Art. 136. **É permitida a conversão da licença de que trata esta Subseção em pecúnia**, nos termos de regulamentação a ser editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§1º Para a indenização da conversão prevista no caput deste artigo em favor de funcionário que se encontra em atividade, autoriza ao Presidente do Tribunal de Justiça estabelecer, por meio de regulamentação, desconto para pagamento administrativo e parcelamento do valor para inclusão diretamente na folha de pagamento, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.



De cada período de licença especial adquirida pelo funcionário em atividade, pode ser convertido em pecúnia até 2/3 do saldo ainda não gozado, desprezada a parte decimal do quociente.

Licença para Estudo ou Missão no Exterior

Somente o funcionário **estável e efetivo** pode ausentar-se do País para estudo ou missão oficial desde que autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

A ausência não excederá a 2 anos, e finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, é permitida nova ausência.

Ao funcionário beneficiado pela referida licença não será concedida exoneração, bem como as licenças para tratar de interesses particulares, para capacitação ou especial, antes de decorrido período igual ao da licença.

O licenciamento de funcionário estável e efetivo para servir em **organismo internacional de que o Brasil participe** ou com o qual coopere ocorre com **perda total da remuneração**

Afastamentos

Afastamentos sem prejuízo dos vencimentos ou das remunerações	
	Trânsito:
1	a) funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá 8 dias de prazo , contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo desempenho das atribuições do cargo na mesma comarca . b) caso a lotação de destino seja em outra comarca , o prazo da entrada em exercício será de 15 dias .
2	Casamento , por 8 dias
3	Luto por falecimento de cônjuge ou companheiro, filho ou enteado, pai ou padrasto, mãe ou madrastra, irmão, por 8 dias
4	Júri e outros serviços obrigatórios por lei
5	Doar sangue , por 1 dia a cada 12 meses de trabalho
6	Alistamento como eleitor , por 2 dias



Cessão para Servir a Outro Órgão ou Entidade Pública

O **funcionário efetivo e estável** pode ser cedido para outro órgão ou outra entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I. **para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;**
 - a. sendo a cessão para órgãos ou entidades de outros Estados, da União, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se referem às contribuições previdenciárias
- II. **em casos previstos em leis específicas.**

A cessão é feita a critério do Presidente do Tribunal de Justiça por prazo certo, não superior a 1 ano, e mediante Portaria publicada no Diário da Justiça.

Art. 140, § 2º O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do Estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, **poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.**

§ 3º **A entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título**, inclusive no que toca à diferença derivada da opção referida no § 2º deste artigo.

(...)

§ 5º A contagem de tempo de serviço do funcionário cedido para fins previdenciários obedecerá às normas contidas na Lei Estadual nº 12.398 de 30/12/1998.

Aposentadoria, Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária

A aposentadoria sob qualquer modalidade se dá nos prazos e nas formas previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 9.717/1998 e na Lei Estadual nº 12.398/1998 e suas alterações subsequentes.

Os valores a serem pagos em razão das aposentadorias são os definidos nas mencionadas normas e **têm por base as remunerações com forma de fixação e incorporações de vantagens previstas no Estatuto.**

O sistema de seguridade dos dependentes e dos funcionários inativos do Poder Judiciário é o previsto na Lei Estadual nº 12.398/1998 e nas suas alterações subsequentes.



Direito de Petição

É assegurado ao funcionário o direito de petição:

- em defesa de direito;
- contra ilegalidade;
- abuso de poder contra si praticado.

A petição é dirigida à autoridade da qual emanou o ato impugnado ou a que for competente para deliberar sobre o pleito concessivo de direito.

Cabe **pedido de reconsideração dirigido à autoridade que houver proferido a primeira decisão**, não podendo ser renovado.

A impugnação, o requerimento e o pedido de reconsideração **devem ser despachados no prazo de 5 dias e decididos dentro de 30 dias**.

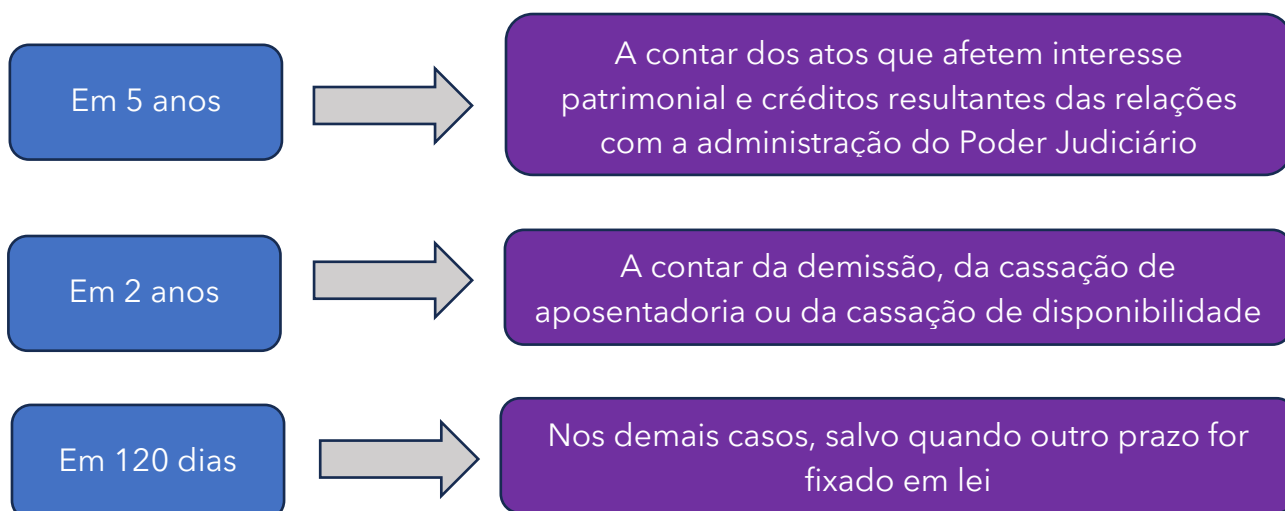
Cabe recurso com efeito devolutivo do indeferimento do pedido de reconsideração e da decisão do primeiro recurso. Esse é dirigido à autoridade imediatamente superior que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

O prazo para deliberar sobre os recursos é de 30 dias.

O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão pelo interessado.

O recurso é recebido com **efeito suspensivo** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou pela autoridade a quem cabe a atribuição do respectivo julgamento, **no caso de risco de lesão grave e de difícil reparação**. Caso haja provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

O **direito de peticionar prescreve**:



O prazo de prescrição é contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado quando se der antes da publicação, sendo que **o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.**

Art. 150. **A prescrição é de ordem pública**, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 151. Para o exercício do **direito de petição, é assegurada vista de autos e de documento, na repartição, ao funcionário ou ao procurador por ele constituído.**

Regime Disciplinar

Cumulação de Cargos

Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, **é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.** Os casos previstos na Constituição Federal são:

Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de **dois cargos de professor**;
- b) a de **um cargo de professor com outro técnico ou científico**;
- c) a **de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas;

A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

A acumulação de cargos, ainda que lícita, **fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.**

Considera-se acumulação proibida: percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade ou pensão paga a partir de valores de órgão ou entidade previdenciária pública, **salvo quando os cargos ou empregos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.**

O funcionário não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou mais de uma função gratificada.

O funcionário vinculado ao Estatuto, **que acumular lícitamente 2 cargos efetivos**, quando investido em cargo de provimento em comissão, **fica afastado de ambos os cargos efetivos**,



salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e de local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou das entidades envolvidas.

É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado, não abrangendo os funcionários aposentados no desempenho de serviço voluntário como conciliador ou para cumprir tarefas especiais, desde que devidamente autorizados pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou por quem ele designar para tal atribuição.

Deveres

Deveres do funcionário	
1	Assiduidade
2	Pontualidade
3	Urbanidade
4	Manter conduta compatível com a moralidade administrativa
5	Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo
6	Lealdade e respeito às instituições a que servir
7	Observar as normas legais e regulamentares
8	Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais
9	Atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública
10	Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo
11	Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público
12	Guardar sigilo sobre assunto da repartição
13	Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder
14	Atender prontamente às convocações para serviços extraordinários
15	Zelar pela manutenção atualizada dos seus dados cadastrais perante a administração pública
16	Apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado



17	Proceder na vida pública e na vida privada de forma a dignificar o cargo ou a função que exerce
18	Cumprir os prazos previstos para a prática dos atos que lhe são afetos ou que forem determinados pela autoridade administrativa ou judiciária a que estiver vinculado
19	Comunicar à Secretaria do Tribunal de Justiça e restituir imediatamente os valores que perceber indevidamente como remuneração
20	Frequentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização
21	Submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente

A representação de que trata o item 13 é encaminhada pela via hierárquica e apreciada por autoridade superior àquela contra a qual é formulada.

A frequência e o aproveitamento a cursos de aperfeiçoamento ou especialização é considerada para a progressão e a promoção funcional, sendo dispensado o funcionário que comprovar relevante motivo que o impeça.

Proibições

Proibições ao funcionário	
1	Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato
2	Retirar qualquer documento ou objeto da repartição sem prévia anuência da autoridade competente
3	Recusar fé a documentos públicos
4	Opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço
5	Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição
6	Cometer a pessoa estranha ao Quadro da repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado
7	Coagir ou aliciar subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical, ou a partido político
8	Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau



9	Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública
10	Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista
11	Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas
12	Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer para o desempenho de suas atribuições
13	Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro
14	Praticar usura sob qualquer de suas formas
15	Proceder de forma desidiosa
16	Utilizar pessoal ou recursos materiais do Poder Público em serviços ou atividades particulares
17	Cometer a outro funcionário atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias
18	Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou da função e com o horário de trabalho
19	Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado
20	Referir-se de modo depreciativo em qualquer escrito ou por palavras às autoridades constituídas e aos atos administrativos por ela praticados, ressalvada a análise técnica e doutrinária em trabalho de natureza acadêmica
21	Deixar de comparecer ao serviço sem justificativa aceita pela administração
22	Tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente
23	Empregar materiais e bens do Poder Judiciário ou à disposição deste em serviço ou atividade estranha às funções públicas
24	Manter domicílio fora da localidade de sua lotação, quando em regime presencial de trabalho
25	Acumular cargos ou funções, observados os permissivos constitucionais e legais

Responsabilidades

O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.



As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, **sendo independentes entre si.**

I. Responsabilidade civil:

- a. decorre de **ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros;**
- b. a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário será liquidada por meio de desconto em parcelas mensais, não excedentes a 10% da remuneração, sem prejuízo da execução do débito pela via judicial;
- c. tratando-se de dano causado a terceiros, responde o funcionário perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;
- d. a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles é executada até o limite do valor da herança recebida.

II. Responsabilidade penal:

- a. abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade.

III. Responsabilidade administrativa:

- a. resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou da função;
- b. é afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.



APOSTA ESTRATÉGICA



Com base nas questões de concursos passados e de outros que cobram o mesmo tema, sugerimos uma atenção maior com os deveres do funcionário segundo a Lei nº 16.024/2008:

Deveres do funcionário	
1	Assiduidade
2	Pontualidade
3	Urbanidade
4	Manter conduta compatível com a moralidade administrativa
5	Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo
6	Lealdade e respeito às instituições a que servir
7	Observar as normas legais e regulamentares
8	Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais
9	Atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública
10	Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo
11	Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público
12	Guardar sigilo sobre assunto da repartição
13	Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder
14	Atender prontamente às convocações para serviços extraordinários
15	Zelar pela manutenção atualizada dos seus dados cadastrais perante a administração pública



16	Apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado
17	Proceder na vida pública e na vida privada de forma a dignificar o cargo ou a função que exerce
18	Cumprir os prazos previstos para a prática dos atos que lhe são afetos ou que forem determinados pela autoridade administrativa ou judiciária a que estiver vinculado
19	Comunicar à Secretaria do Tribunal de Justiça e restituir imediatamente os valores que perceber indevidamente como remuneração
20	Frequentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização
21	Submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Por se tratar de uma lei específica para o Judiciário Estadual do Estado do Paraná vamos trabalhar com questões aplicadas ao longo dos anos e que ainda estejam de acordo com o Estatuto após suas diversas mudanças.

1. (PUC PR/2017/TJ-PR/Analista Judiciário)

Conforme preceitos descritos no Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, é absolutamente vedado aos funcionários públicos

- a) atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- b) conceder fé a documentos públicos.
- c) tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente.
- d) submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente.
- e) atender às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

Comentários

Letra A - **incorreta**. O que é vedado é recusar-se a atualizar esses dados, conforme inciso XIX do artigo 157 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 157. **Ao funcionário é proibido:**

(...)

XIX - **recusar-se** a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

Letra B - **incorreta**. Está em desacordo com o inciso III do artigo 157 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 157. Ao funcionário é proibido:

(...)

III - **recusar** fé a documentos públicos;

Letra C - **correta**. Está de acordo com o inciso XXII do artigo 157 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 157. **Ao funcionário é proibido:**

(...)

XXII - tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente;

Letras D e E - **incorretas**. Aqui temos deveres do funcionário público elencados no artigo 156 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 156. São deveres do funcionário:

(...)

IX - atender com presteza:

(...)

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

(...)

XXI - submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente.

Gabarito: Letra C

2. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Lei Estadual (PR) nº 16.024/2008, assinale a alternativa correta em relação à licença-gestante.

a) A licença poderá ter início no primeiro dia do oitavo mês de gestação, a pedido da funcionária gestante.

b) A licença será concedida por 120 (cento e vinte) dias, mediante atestado médico, sendo prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, de forma administrativa, mediante requerimento da funcionária protocolado até o trigésimo dia após o parto, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

c) A licença será concedida por 180 (cento e oitenta) dias, mediante atestado médico, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

d) A licença será concedida por 120 (cento e vinte) dias, mediante atestado médico, sendo prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, de forma administrativa, mediante requerimento da funcionária protocolado até o nonagésimo dia após o parto, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Na verdade, a licença pode ter início a partir do primeiro dia do nono mês da gestação, conforme § 2º do artigo 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 119. À funcionária gestante **será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias**, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais, que terá início no momento de sua alta hospitalar e/ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, ainda que o período de internação exceda duas semanas, podendo a licença ser antecipada para o primeiro dia do nono mês de gestação ou data anterior, conforme prescrição médica.

(...)

§ 2º A licença poderá, a pedido da funcionária gestante, **ter início no primeiro dia do nono mês de gestação**, salvo antecipação por prescrição médica, devendo, neste caso, ser prorrogada por período equivalente ao da internação hospitalar.

Letras B e D – **incorretas**. O prazo da licença é de 180 dias, conforme artigo 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008 mencionado acima.

Letra C – **correta**. Está de acordo com o artigo 119 da Lei Estadual nº 16.024/2008.

Gabarito: Letra C

3. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa correta quanto à Lei 16.024/2008.

- a) A critério da administração poderão ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos.
- b) Será concedida a licença para tratar de interesses particulares a funcionário, ainda que esse esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.
- c) Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário estável que requerer, conceder-se-á licença especial de 06 (seis) meses com vencimento ou remuneração.
- d) Será concedido horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, dependentemente de compensação de horário.

Comentários

Letra A – **correta**. Está de acordo com o artigo 131 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 131. A critério da administração poderão ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos.

Letra B – **incorreta**. Ao servidor que responde processo administrativo disciplinar não pode ser concedida, conforme artigo 132 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 132. **Não será concedida a licença** de que trata esta Seção ao funcionário que esteja respondendo a **processo administrativo disciplinar**.

Letra C - **incorreta**. Essa licença é concedida a cada 10 anos, conforme artigo 134 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 134. **O funcionário estável que durante 10 (dez) anos** não se afastar do exercício de suas funções terá direito à licença especial de 6 (seis) meses, **por decênio**, com percepção de vencimento ou remuneração.

Parágrafo único. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário estável que requerer conceder-se-á licença especial de 3 (três) meses com vencimento ou remuneração.

Letra D - **incorreta**. O referido horário especial concedido ao funcionário portador de necessidade especial é concedido independente de compensação de horário, conforme § 3º do artigo 130 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 130, § 3º Será concedido horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, **independentemente de compensação de horário**, observado o disposto no § 2º deste artigo.

Gabarito: Letra A

4. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) O funcionário ficará licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento.
- c) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa.
- d) O funcionário beneficiário de horário especial de trabalho que possibilite a frequência a curso de formação até o grau universitário, incluídos os de pós-graduações, terá direito a gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.



Comentários

A alternativa incorreta é a letra D, uma vez que nesse caso o funcionário não terá direito a gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente, conforme § 2º do artigo 130 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 130, § 2º O funcionário beneficiário de horário especial não terá direito a qualquer gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.

As demais alternativas estão de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 127. O funcionário ficará licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo:

(...)

III - de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II deste artigo. **(Letra A)**

§ 1º Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento. **(Letra B)**

(...)

Art. 128. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa. **(Letra C)**

Gabarito: Letra D

5. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) São deveres do funcionário manter conduta compatível com a moralidade administrativa, cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais além de atender prontamente às convocações para serviços extraordinários.
- b) É dever dos funcionários frequentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização, cuja frequência e o aproveitamento não poderão ser consideradas para a progressão e a promoção funcional.



c) Ao funcionário é proibido ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

d) Ao funcionário é proibido opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra B, já que a frequência e o aproveitamento nos mencionados cursos serão considerados para a progressão e promoção, conforme § 3º do artigo 156 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 156. São deveres do funcionário:

(...)

XX - frequentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização;

(...)

§ 3º A frequência e o aproveitamento a cursos de aperfeiçoamento ou especialização **será considerada para a progressão e a promoção funcional.**

As demais alternativas estão de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 156. São deveres do funcionário:

(...)

IV - manter conduta compatível com a moralidade administrativa; **(Letra A)**

(...)

VIII - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; **(Letra A)**

(...)

XIV - atender prontamente às convocações para serviços extraordinários; **(Letra A)**

(...)

Art. 157. Ao funcionário é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; **(Letra C)**

(...)

IV - opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço; **(Letra D)**

Gabarito: Letra B



6. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) É vedado ao funcionário do Tribunal de Justiça participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista.
- b) O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- c) As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.
- d) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, já que as referidas responsabilidades podem cumular-se, sendo independentes entre si, conforme artigo 159 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 159. As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas **poderão cumular-se, sendo independentes entre si.**

As demais alternativas estão de acordo com a Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 157. Ao funcionário é proibido:

(...)

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista; (**Letra A**)

(...)

Art. 158. O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. (**Letra B**)

(...)

Art. 160. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros. (**Letra D**)

Gabarito: Letra C

7. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)



Assinale a alternativa que não corresponde a um dever do funcionário, conforme o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Paraná.

- a) Assiduidade.
- b) Urbanidade.
- c) Cumprir, sem exceção, as ordens superiores.
- d) Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- e) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, uma vez que as ordens superiores manifestamente ilegais são a ressalva do inciso VIII do artigo 156 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 156. São deveres do funcionário:

I - assiduidade; (**Letra A**)

(...)

III - urbanidade; (**Letra B**)

(...)

VIII - cumprir as ordens superiores, **exceto quando manifestamente ilegais**; (**Letra C - incorreta**)

IX - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo; (**Letra D**)

(...)

XII - guardar sigilo sobre assunto da repartição; (**Letra E**)

Gabarito: Letra C

8. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

A partir da afirmação que ao funcionário público - ativo ou inativo - sob o regime da Lei 16.024/2008, é devido o salário-família no valor fixado na legislação federal, mensalmente, desde que receba vencimento igual ou inferior a 01(um) salário mínimo federal, observada a proporção de dependentes econômicos, é certo considerar para fins dessa dependência, para efeitos de percepção do respectivo benefício econômico, entre outros:



- a) O cônjuge e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade, ou se estudante até 24 (vinte e quatro) anos, ou se inválido, de qualquer idade, excluindo-se o(a) companheiro(a).
- b) O cônjuge ou companheiro(a) e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade, ou se estudante até 24 (vinte e quatro) anos, ou se inválido, de qualquer idade.
- c) O menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, excluindo-se o inativo.
- d) A mãe ou o pai, independentemente de terem ou não renda própria.

Comentários

Os dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família estão definidos no parágrafo único do artigo 97 da Lei Estadual nº 16.024/2008, estando descrita corretamente apenas a letra B:

Art. 97, Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - o cônjuge ou **companheiro** e os filhos, inclusive os enteados até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade; (Letra A - incorreta)

II - o menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, **ou do inativo**; (Letra B - **correta** e Letra C - **incorreta**)

III - a mãe e o pai **sem economia própria**. (Letra D - **incorreta**)

Gabarito: Letra B

9. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 16.024 de 2008.

- I. O funcionário efetivo e estável poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- II. O funcionário efetivo e estável não poderá ser cedido para outro órgão, conforme item I, se for para o exercício de cargo em comissão.
- III. Na cessão para órgãos ou entidades de outros Estados, da União, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se refere às contribuições previdenciárias.
- IV. O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do Estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, poderá optar pela remuneração



do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.

V. A entidade cessionária não efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) A única alternativa correta é a I.
- c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

Comentários

Item I - **correto**. Está de acordo com o artigo 140 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 140. O funcionário efetivo e estável poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

Item II - **incorreto**. Não existe tal vedação, conforme inciso I do artigo 140 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 140. **O funcionário efetivo e estável** poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de **cargo em comissão ou função de confiança**;

Item III - **correto**. Está de acordo com o § 1º do artigo 140 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 140, § 1º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, sendo a cessão para órgãos ou entidades de outros Estados, da União, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se referem às contribuições previdenciárias.

Item IV - **correto**. Está de acordo com o § 2º do artigo 140 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 140, § 2º O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do Estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.

Item V - **incorreto**. Na verdade, a entidade cessionária efetuará o referido reembolso, conforme § 3º do artigo 140 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 140, § 3º **A entidade cessionária efetuará** o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título, inclusive no que toca à diferença derivada da opção referida no § 2º deste artigo.

Assim, apenas os itens I, III e IV estão corretos, letra C.

Gabarito: Letra C

10.(FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa incorreta.

- a) A licença para tratamento de saúde, de até 30 (trinta) dias, terá a inspeção feita por médico do Tribunal de Justiça e, por prazo superior, será efetivada por junta médica oficial.
- b) O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente, exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo.
- c) Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.
- d) A licença ao funcionário(a) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que for deslocado(a) de ofício pela administração pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo será por prazo determinado e sem vencimento ou remuneração.
- e) À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D, já que a licença para acompanhar cônjuge ou companheiro é concedida por prazo indeterminado, conforme o § 1º do artigo 123 da Lei Estadual nº 16.024/2008. As demais alternativas estão de acordo com a referida Lei:

Art. 108. Para licença de até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico do Tribunal de Justiça e, por prazo superior, será efetivada por junta médica oficial. (Letra A - **correta**)

(...)

Art. 109. O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente,



exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo. (Letra B - **correta**)

(...)

Art. 118. Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial. (Letra C - **correta**)

(...)

Art. 119. À funcionária gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais, que terá início no momento de sua alta hospitalar e/ou do recém-nascido, o que ocorrer por último, ainda que o período de internação exceda duas semanas, podendo a licença ser antecipada para o primeiro dia do nono mês de gestação ou data anterior, conforme prescrição médica. (Letra E - **correta**)

(...)

Art. 123. **Será concedida licença ao funcionário(a) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a)** que for deslocado(a) de ofício pela administração pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por **prazo indeterminado** e sem vencimento ou remuneração. (Letra D - **incorreta**)

Gabarito: Letra D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

- 1) Quantos períodos de férias podem ser cumulados?
- 2) O salário-família não está sujeito a qualquer _____(1) estadual, nem servirá de base para qualquer _____(2) estadual, inclusive para o sistema _____(3).
- 3) Qual a importância máxima que poderá ser paga a título de ressarcimento à pessoa que provar ter feito despesas com o funeral de funcionário (auxílio funeral)?
- 4) A quem compete o exame e a deliberação sobre os pedidos de licenças segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 5) Qual recomendação pode ser dada pela junta médica em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, se considerado o doente irrecuperável, segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 6) No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades _____ (1), sob pena de _____ (2) da licença com perda _____ (3) do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o _____ (4), e de responder a processo administrativo disciplinar.
- 7) _____ é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo.
- 8) Qual a consequência para o funcionário que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais e se recusar a ser submetido à inspeção médica segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?



- 9) Por quanto tempo poderá ser concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família sem prejuízo da remuneração segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 10) Para amamentar o próprio filho até a idade de _____ (1) meses, a funcionária lactante terá, durante a jornada de _____ (2), _____ (3) horas de descanso, que poderá ser parcelada em _____ (4) períodos de uma hora.
- 11) Quais condições o funcionário deve atender cumulativamente para ter sua licença-paternidade prorrogada?
- 12) Quantos dias sem remuneração o funcionário tem para reassumir o exercício de seu cargo após concluído o serviço militar segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 13) Qual o prazo que o funcionário tem para reassumir suas atribuições no caso de interrupção por interesse do serviço da licença para tratar de interesses particulares?
- 14) Não podem gozar de licença especial, _____ (1), o funcionário e o seu _____ (2) legal; se requeridas para períodos _____ (3), ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha _____ (4) tempo de serviço público estadual.
- 15) Quantos dias de afastamento do exercício das atribuições tem direito o funcionário no caso de casamento?
- 16) Qual o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso?
- 17) A partir de quando será contado o prazo de prescrição?
- 18) Qual o prazo prescricional do direito de peticionar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração do Poder Judiciário?
- 19) Qual a orientação do Estatuto acerca das ordens superiores?



20) A _____ abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade.



Perguntas com respostas

1) Quantos períodos de férias podem ser cumulados?

Os períodos de férias podem ser cumulados por até 2 períodos. (Art. 95)

2) O salário-família não está sujeito a qualquer _____(1) estadual, nem servirá de base para qualquer _____(2) estadual, inclusive para o sistema _____(3).

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

1 - tributo

2 - contribuição

3 - previdenciário

Art. 100. O salário-família não está sujeito a qualquer **tributo** estadual, nem servirá de base para qualquer **contribuição** estadual, inclusive para o sistema **previdenciário**.

3) Qual a importância máxima que poderá ser paga a título de ressarcimento à pessoa que provar ter feito despesas com o funeral de funcionário (auxílio funeral)?

A importância máxima é de até 1 mês de remuneração do falecido (Art. 102).

4) A quem compete o exame e a deliberação sobre os pedidos de licenças segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?

Tal competência é do Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegar tal atribuição às autoridades e aos funcionários que lhes sejam subordinados. (Art. 106)

5) Qual recomendação pode ser dada pela junta médica em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, se considerado o doente irrecuperável, segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?

Nesse caso a junta médica pode recomendar como resultado da inspeção a imediata aposentadoria (Art. 110).

6) No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades _____ (1), sob pena de _____ (2) da licença com perda _____ (3) do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o _____ (4), e de responder a processo administrativo disciplinar.

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

1 - remuneradas

2 - interrupção

3 - total



4 - cargo

Art. 112. No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades **remuneradas**, sob pena de **interrupção** da licença com perda **total** do vencimento ou da remuneração, até que reassuma o **cargo**, e de responder a processo administrativo disciplinar.

7) _____ é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo.

Acidente é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício de atribuições inerentes ao cargo. (Art. 114, § 2º)

8) **Qual a consequência para o funcionário que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais e se recusar a ser submetido à inspeção médica segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?**

Nesse caso ele poderá sofrer a pena de suspensão de pagamento dos vencimentos ou da remuneração, até que ela seja realizada, e de responder a processo administrativo disciplinar. (Art. 115).

9) **Por quanto tempo poderá ser concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família sem prejuízo da remuneração segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?**

A licença é concedida sem prejuízo da remuneração, por até 30 dias, podendo ser prorrogada por até 30 dias, mediante laudo de junta médica oficial. (Art. 118, § 2º).

10) **Para amamentar o próprio filho até a idade de _____ (1) meses, a funcionária lactante terá, durante a jornada de _____ (2), _____ (3) horas de descanso, que poderá ser parcelada em _____ (4) períodos de uma hora.**

As lacunas são preenchidas com os seguintes termos:

1 - 6

2 - trabalho

3 - duas

4 - 2

Art. 120. Para amamentar o próprio filho até a idade de **6 (seis)** meses, a funcionária lactante terá, durante a jornada de **trabalho**, **duas** horas de descanso, que poderá ser parcelada em **2 (dois)** períodos de uma hora.

11) **Quais condições o funcionário deve atender cumulativamente para ter sua licença-paternidade prorrogada?**

Pelo nascimento ou adoção de filhos o funcionário terá direito à licença-paternidade de 5 dias consecutivos, facultada a sua prorrogação por 15 dias, desde que o interessado, cumulativamente (Art. 122):



- I. formule requerimento até dois dias úteis após o início da licença-paternidade; e
- II. comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável.

12) Quantos dias sem remuneração o funcionário tem para reassumir o exercício de seu cargo após concluído o serviço militar segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?

O funcionário tem até 30 dias para reassumir o exercício do cargo. (Art. 124, parágrafo único)

13) Qual o prazo que o funcionário tem para reassumir suas atribuições no caso de interrupção por interesse do serviço da licença para tratar de interesses particulares?

O funcionário tem o prazo de 30 dias para reassumir suas atribuições depois de notificado. (Art. 131, § 1º)

14) Não podem gozar de licença especial, _____(1), o funcionário e o seu _____(2) legal; se requeridas para períodos _____(3), ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha _____(4) tempo de serviço público estadual.

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1- simultaneamente
- 2- substituto
- 3- coincidentes
- 4- mais

Art. 135. Não podem gozar de licença especial, **simultaneamente**, o funcionário e o seu **substituto** legal; se requeridas para períodos **coincidentes**, ainda que parcialmente, a preferência para a fruição é daquele que tenha **mais** tempo de serviço público estadual.

15) Quantos dias de afastamento do exercício das atribuições tem direito o funcionário no caso de casamento?

O funcionário tem direito a 8 dias de afastamento no caso de casamento (Art. 139, inciso II).

16) Qual o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso?

O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão pelo interessado (Art. 146).

17) A partir de quando será contado o prazo de prescrição?

O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado quando se der antes da publicação. (Art. 148, parágrafo único)

18) Qual o prazo prescricional do direito de peticionar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração do Poder Judiciário?



Nesse caso o prazo prescricional é de 5 anos. (Art. 148, inciso I)

19) Qual a orientação do Estatuto acerca das ordens superiores?

É obrigação do servidor cumpri-las, salvo quando manifestamente ilegais. (Art. 156, VIII)

20) A _____ abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade.

A **responsabilidade penal** abrange os crimes e as contravenções imputadas ao funcionário, nessa qualidade (Art. 161).



LISTA DE QUESTÕES

1. (PUC PR/2017/TJ-PR/Analista Judiciário)

Conforme preceitos descritos no Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, é absolutamente vedado aos funcionários públicos

- a) atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- b) conceder fé a documentos públicos.
- c) tratar de assuntos particulares na repartição durante o horário de expediente.
- d) submeter-se à inspeção médica quando determinada pela autoridade competente.
- e) atender às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

2. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Lei Estadual (PR) nº 16.024/2008, assinale a alternativa correta em relação à licença-gestante.

- a) A licença poderá ter início no primeiro dia do oitavo mês de gestação, a pedido da funcionária gestante.
- b) A licença será concedida por 120 (cento e vinte) dias, mediante atestado médico, sendo prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, de forma administrativa, mediante requerimento da funcionária protocolado até o trigésimo dia após o parto, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.
- c) A licença será concedida por 180 (cento e oitenta) dias, mediante atestado médico, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.
- d) A licença será concedida por 120 (cento e vinte) dias, mediante atestado médico, sendo prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, de forma administrativa, mediante requerimento da funcionária protocolado até o nonagésimo dia após o parto, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

3. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa correta quanto à Lei 16.024/2008.

- a) A critério da administração poderão ser concedidas ao funcionário ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos.



- b) Será concedida a licença para tratar de interesses particulares a funcionário, ainda que esse esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.
- c) Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário estável que requerer, conceder-se-á licença especial de 06 (seis) meses com vencimento ou remuneração.
- d) Será concedido horário especial ao funcionário portador de necessidades especiais quando atestado por junta médica, dependentemente de compensação de horário.

4. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) O funcionário ficará licenciado do cargo em decorrência do exercício de mandato eletivo de Vereador, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) Em qualquer caso que exija o licenciamento para o exercício do cargo eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção ou progressão funcional por merecimento.
- c) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa.
- d) O funcionário beneficiário de horário especial de trabalho que possibilite a frequência a curso de formação até o grau universitário, incluídos os de pós-graduações, terá direito a gratificação ou aumento de vencimentos ou remuneração por trabalho fora do horário normal de expediente.

5. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) São deveres do funcionário manter conduta compatível com a moralidade administrativa, cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais além de atender prontamente às convocações para serviços extraordinários.
- b) É dever dos funcionários frequentar os cursos instituídos pela administração do Tribunal de Justiça para aperfeiçoamento ou especialização, cuja frequência e o aproveitamento não poderão ser consideradas para a progressão e a promoção funcional.



- c) Ao funcionário é proibido ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- d) Ao funcionário é proibido opor resistência injustificada ao encaminhamento de documento, ao andamento de processo ou à execução de serviço.

6. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) É vedado ao funcionário do Tribunal de Justiça participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista.
- b) O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- c) As responsabilidades e sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.
- d) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.

7. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa que não corresponde a um dever do funcionário, conforme o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Paraná.

- a) Assiduidade.
- b) Urbanidade.
- c) Cumprir, sem exceção, as ordens superiores.
- d) Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- e) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.

8. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

A partir da afirmação que ao funcionário público – ativo ou inativo – sob o regime da Lei 16.024/2008, é devido o salário-família no valor fixado na legislação federal, mensalmente, desde que receba vencimento igual ou inferior a 01(um) salário mínimo federal, observada



a proporção de dependentes econômicos, é certo considerar para fins dessa dependência, para efeitos de percepção do respectivo benefício econômico, entre outros:

- a) O cônjuge e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade, ou se estudante até 24 (vinte e quatro) anos, ou se inválido, de qualquer idade, excluindo-se o(a) companheiro(a).
- b) O cônjuge ou companheiro(a) e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade, ou se estudante até 24 (vinte e quatro) anos, ou se inválido, de qualquer idade.
- c) O menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do funcionário, excluindo-se o inativo.
- d) A mãe ou o pai, independentemente de terem ou não renda própria.

9. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 16.024 de 2008.

- I. O funcionário efetivo e estável poderá ser cedido para outro órgão ou outra entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - II. O funcionário efetivo e estável não poderá ser cedido para outro órgão, conforme item I, se for para o exercício de cargo em comissão.
 - III. Na cessão para órgãos ou entidades de outros Estados, da União, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária, inclusive no que se refere às contribuições previdenciárias.
 - IV. O funcionário cedido ao órgão, à empresa pública ou à sociedade de economia mista do Estado do Paraná, nos termos das respectivas normas, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão.
 - V. A entidade cessionária não efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo cedente a qualquer título.
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) A única alternativa correta é a I.
 - c) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - e) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.



10.(FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Técnico Judiciário)

Assinale a alternativa incorreta.

- a) A licença para tratamento de saúde, de até 30 (trinta) dias, terá a inspeção feita por médico do Tribunal de Justiça e, por prazo superior, será efetivada por junta médica oficial.
- b) O funcionário não permanecerá em licença para tratamento de saúde por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados ainda que interpoladamente, exceto nos casos considerados recuperáveis pela junta médica, que poderá prorrogá-lo motivadamente e por período certo.
- c) Será concedida licença ao funcionário por motivo de doença do cônjuge ou de companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou da madrasta e de enteado, ou de dependente que viva às suas expensas e conste na sua ficha funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.
- d) A licença ao funcionário(a) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que for deslocado(a) de ofício pela administração pública para outro ponto do território nacional ou exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo será por prazo determinado e sem vencimento ou remuneração.
- e) À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------------|-------------|
| 1. Letra C | 6. Letra C |
| 2. Letra C | 7. Letra C |
| 3. Letra A | 8. Letra B |
| 4. Letra D | 9. Letra C |
| 5. Letra B | 10. Letra D |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei Estadual nº 16.024/2008



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.